

ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O deputado vice-presidente conduzirá a sessão a partir deste momento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Leonel Pavan, sras. deputadas, srs. deputados, comunidade catarinense. Como deputado estadual eleito com quase 40 mil votos e representando o planalto norte, é com muita satisfação que estamos aqui hoje para agradecer ao governo pelo investimento de R\$ 20 milhões no município de Canoinhas, investimento esse solicitado há mais de 100 anos. Por quê?

Porque nossa cidade não tem um metro sequer de saneamento básico, de esgoto sanitário.

No entanto, com esses R\$ 20 milhões que irão para o município de Canoinhas, através de uma ordem de serviço que será assinada pelo governador do estado, Raimundo Colombo, temos certeza de que teremos momentos diferentes e melhores no planalto norte, porque na mesma balada o município de Mafra também receberá R\$ 10 milhões para investir em saneamento básico e em saúde.

Queremos ainda, sr. presidente, parabenizar o presidente da Casan, Valter Gallina, pela sua atuação e pela dedicação que vem tendo com os municípios de Canoinhas e de Mafra. A sua atuação foi decisiva para liberação das licenças ambientais necessárias, empecilho que todas as obras vêm sofrendo, já que muitas vezes demoram demais.

Srs. deputados, no final da semana passada tivemos a reunião estadual da JPMDB, no município de Canoinhas, na qual foi eleito o novo presidente. A reunião contou com a presença de mais de 500 jovens, do presidente do partido, Valdir Cobalchini, do deputado estadual Carlos Chiodini, de Jaraguá do Sul, do deputado federal Mauro Mariani, do ex-governador Paulo Afonso, da presidente da JPMDB do Paraná e do Brasil, além de ilustres representantes de todo o estado de Santa Catarina, como o ex-presidente João de Nadal, que se está despedindo. Aliás, deixo aqui um abraço à juventude que compareceu em massa àquele grande evento, juventude essa que anseia por dias melhores, por um futuro melhor, por empregos, por crescimento, enfim, por desenvolvimento.

Também participamos, na segunda-feira, da reunião da bancada do PMDB, à qual estiveram presentes deputados estaduais, deputados federais, o senador Dário Berger, o nosso vice-governador Eduardo Pinho Moreira, lideranças que olham para o futuro do Brasil neste momento conturbado que vivemos, neste momento de ansiedade, de expectativa, momentos difíceis com aumentos nos preços da gasolina e da energia elétrica.

Esta é uma hora em que devemos ter muita responsabilidade, principalmente pelo que está acontecendo no Congresso Nacional, que após muito tempo tirou da gaveta o projeto da reforma política, enviando-a para o plenário, pois chegou o momento de se repensar o governo federal e os governos estaduais e municipais.

Há duas maneiras de equilibrar a receita: a primeira é diminuindo a despesa e a segunda é aumentando os impostos. Temos que sair do velho chavão de sempre optar pela segunda alternativa, fazendo o povo pagar a conta. Temos que ter responsabilidade, e o Congresso Nacional, com certeza, nessa semana teve, sim, a hombridade de mudar certos atos da Mesa, como a autorização do pagamento das passagens de avião das esposas dos parlamentares. A Câmara Federal voltou atrás, os deputados foram inteligentes e souberam reconhecer o erro, mas para isso tiveram que sofrer a pressão do povo brasileiro.

É preciso ter equilíbrio no Congresso Nacional, porque se não houver bom senso, o *impeachment* vai acontecer e muita confusão se estabelecerá no Brasil. Vai haver golpes e outras coisas mais.

Então, esse é um momento de refletir e pensar no futuro do Brasil. Nós, aqui em Santa Catarina, temos uma Assembleia Legislativa equilibrada, enxuta e voltada aos interesses do povo.

Mito obrigado, s. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e sr. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas que visitam esta Casa no dia de hoje.

Não poderia deixar, sr. presidente, de retornar a esta tribuna para continuar tratando de um assunto que ainda é recorrente por parte da imprensa nacional e internacional e que se refere à situação em que nos encontramos atualmente.

Quero iniciar minha fala dizendo a v.exas. que, ao ler um jornal de importância extraordinária em Santa Catarina, fiquei estarecido. Por isso fiz questão de trazer essa matéria e apresentar aos nobres colegas o que está estampado na capa desse jornal. As manchetes são as seguintes: "Luz aumenta 34% em média nas residências". "Prateleiras vazias". "Cresce a tensão nas estradas". "Confira as rodovias bloqueadas".

Se colocarmos as nossas cabeças a funcionar e a puxarmos as imagens que vemos quase que diariamente nas televisões do Brasil inteiro, com certeza absoluta são imagens que as grandes televisões mostram como cenas que ocorrem na Venezuela. Assim, esta capa de jornal poderia ser do Diário Venezuelano. Mas não é, deputado Antônio Aguiar! Trata-se das manchetes de capa do *Diário Catarinense*! O que se via na televisão sobre a Venezuela, agora está-se vendo com relação ao Brasil.

Sr. presidente, fiz um levantamento daquilo que temos de semelhante à Venezuela. O Brasil e a Venezuela vêm tendo aumentos constantes da inflação! O Brasil e a Venezuela vêm aumentando seu endividamento, sua dívida pública! O Brasil e a Venezuela têm suas empresas estatais petrolíferas com as maiores dívidas do mundo inteiro! O Brasil e a Venezuela vêm assistindo a grandes protestos de rua! O Brasil e a Venezuela têm convivido com confrontos com a polícia! A população brasileira, assim como a venezuelana, vem sofrendo com a falta de produtos nos supermercados! O Brasil e a Venezuela têm aumento de preços generalizados! Além disso, os presidentes dos dois países, Nicolás Maduro e Dilma Rousseff, vivem à sombra dos seus antecessores e, o que é pior, os dois têm uma simpatia muito grande e ajudam constantemente Cuba. Tanto é verdade o que estou dizendo que recentemente Cuba inaugurou um dos mais modernos portos do mundo com um custo de R\$ 800 milhões, pagos, pasmem, pelo BNDES!

Os tarifações aplicados contra a população brasileira após a eleição presidencial estão custando caro para o bolso do trabalhador, as mentiras pregadas durante o último pleito caíram rapidamente por terra. Em dezembro tivemos 12% de aumento da energia residencial; em março, mais 34% e, segundo dizem, em junho serão mais 10%! No que se refere à energia para a indústria e para o comércio, em dezembro do ano passado o aumento foi de 6% de aumento; este mês, de 43,6% e ainda pode vir outro tarifação!

Com relação aos encargos sobre a folha de pagamento, alardeou-se por este Brasil afora que o governo federal havia reduzido a alíquota para 1% a fim de desonerar a indústria, pretendendo com isso incrementar ou manter o nível de emprego. Estimulou-se a fabricação da chamada linha branca. A população brasileira acorreu ao comércio para comprar geladeira, fogão, televisão, ar-condicionado... E o que fez o governo federal? O ministro da Fazenda, Joaquim Levi, ainda nesta semana disse o seguinte: "Você aplicou um negócio que era muito grosseiro. O problema é que essa brincadeira nos custa 25 bilhões por ano" [sic]. A presidente Dilma, por seu turno, de imediato desautorizou o seu ministro, dizendo o seguinte: "Eu acredito que a desoneração da folha ela foi importantíssima. Acho que o ministro foi infeliz no uso do adjetivo" [sic].

Mas, pasmem novamente, catarinenses, na sexta-feira passada, sorratamente, a presidente assinou uma medida provisória aumentando o imposto sobre a folha em 150%. Não sou eu que estou dizendo, quem disse foi o próprio presidente do Senado, que devolveu a MP por considerá-la inconstitucional.

O jornal *Folha de S. Paulo* estampou a seguinte manchete: "Dilma sobe tributo em 150%, e empresas preveem demissões". E é verdade! As empresas preveem demissões, elas, inclusive, já estão ocorrendo! O maior problema para um trabalhador brasileiro hoje, deputado Ismael dos Santos, é o medo de perder o emprego. Não é nem de conseguir

um emprego melhor ou um emprego para alguém da família. O seu medo é de perder o seu emprego.

Em meio à maior crise brasileira dos últimos tempos, com protestos, bloqueios de rodovias e insatisfações para todos os lados, o governo da presidente Dilma Rousseff resolveu aumentar o imposto sobre a folha de pagamento, acertando em cheio os empregos que já estão na pior e a renda do nosso trabalhador. As montadoras de veículos já fecharam 12 mil vagas no Brasil. O setor têxtil, deputado Leonel Pavan, já fechou 112 mil vagas no país. A construção civil eliminou nada mais nada menos do que 34 mil vagas.

Hoje, quando participava da reunião da comissão de Finanças e Tributação, o deputado Darci de Matos alertou que a Embraco, a poderosa Embraco, de Joinville, líder mundial na fabricação de compressores para geladeiras - o que para nós, catarinenses, é um orgulho muito grande, pois de quatro geladeiras vendidas no mundo inteiro, uma tem motor fabricado em Santa Catarina -, está dando férias para seus empregados.

O deputado Kennedy Nunes, também de Joinville, informou que a Schultz está amargando um prejuízo de R\$ 18 milhões/dia. O deputado José Milton Scheffer, do sul catarinense, comentou o problema da pirataria, pois ontem uma emissora de televisão transmitiu, em nível nacional, reportagem mostrando que o lucro com o contrabando de cigarro no Brasil já é maior do que aquele decorrente do tráfico de drogas! Aonde chegamos! É mais lucrativo trazer cigarro do Paraguai e vender no Brasil do que traficar drogas.

Vejam o combustível: subiu quase 30%. Os caminhoneiros não aguentam mais! O IOF, Imposto sobre Operações Financeiras, subiu de 1,5% para 3%, aumentando o custo do financiamento em mais de 10%.

Deputado Patrício Destro, deputado Natalino Lázare, o brasileiro que comprou a casa própria com financiamento está devolvendo seu imóvel. Mais de quatro mil imóveis são devolvidos aos bancos por mês, porque os mutuários não têm mais condições de pagar os financiamentos contraídos.

Sem falar da alíquota de reajuste do imposto de renda a ser devolvido, que não foi aumentada, e do endividamento do governo federal e das empresas privadas no Brasil. O endividamento externo das empresas privadas brasileiras dobrou em cinco anos.

O prefeito de uma das maiores cidades de Santa Catarina me ligou e disse, deputado Dr. Vicente Caropreso, que o Fundo de Participação dos Municípios, o FPM, baixou, no mês de janeiro, mais de 25%, em fevereiro, mais de 8%. Aonde vamos parar com tudo isso?

Ao povo brasileiro só resta dizer que a carga está pesada demais, pesada demais!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, a sra. Deputada Luciane Carminatti.

A STA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero somente informar ao deputado Marcos Vieira que durante o horário do Partido dos Trabalhadores vou mostrar a v.exa. as manchetes de outros jornais que mostram os aspectos positivos deste país.

V.Exa. conhece muito bem o governo e lembra do país que o nosso presidente Lula herdou, com alta taxa de desemprego, com falta de financiamento para habitação, com muita gente fora escola e sem saúde. Hoje, no entanto, estamos recuperando o Brasil e alguns jornais também demonstram isso. Só faltou v.exa. dizer que quem inventou a pirataria foi a presidenta Dilma!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Mas eu acho que está na hora! Faz 12 anos que o PT está no governo. Chega de dizer que tudo é culpa de FHC. Chega! Está na hora de parar com isso!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu não vou aceitar provocação. No horário do partido vou dizer a v.exa. quem é o golpista na história deste país e da Venezuela. A direita não sabe o que é democracia. Não tem capacidade para ganhar nas urnas e quer tirar do poder um governo legítimo à força.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Inscrito o sr. deputado Natalino Lázere, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria ainda, rapidamente, de lembrar aquelas cenas tétricas, lúgubres vivenciadas ontem na manifestação nesta Casa.

Quero dizer, de antemão, como professor de carreira que sou, que aquelas pessoas não representam a média dos professores de Santa Catarina. Muito pelo contrário, a maioria, especialmente os professores da minha região, é formada por professores altamente comprometidos com a educação, equilibrados, preparados e conscientes da importância do bom exercício da profissão. Entendemos que aquele foi um fato isolado, que não representa a maioria dessa categoria tão importante para o desenvolvimento do nosso país, que é a classe dos profissionais da educação.

Por outro lado, quero louvar a atitude do nosso governador Raimundo Colombo de elaborar um plano para melhorar a remuneração dessa classe tão importante, que merece realmente um olhar diferenciado, porque onde tudo começa é na educação, que é a essência e a base de tudo. E é essa a intenção que percebo nessa medida provisória. Entretanto, está havendo um curto circuito entre aquilo que se informa aqui e aquilo que se recebe lá na ponta. Há, portanto, um ruído na comunicação, parece-me que não existe um

esclarecimento do que realmente a medida provisória propõe e do que vai acontecer no futuro.

Então, quero dizer ao secretário da Educação que, reconheço, está fazendo um grande trabalho, um grande esforço para melhorar as condições salariais dos professores, que é preciso melhorar a comunicação lá na ponta, pois temos as Gereds e os diretores de escolas. É preciso sentar com todos eles e fazer cálculos, analisar, para que se chegue a um denominador comum, para que se esclareçam as dúvidas. O que está acontecendo, em minha opinião, é uma falha de comunicação que precisa ser corrigida. Portanto, esse é um dos pedidos que quero fazer ao secretário da Educação.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Muito obrigado, deputado. Quero solidarizar-me com v.exa. e acredito que esta Casa tem que fazer como fez o presidente do Senado e devolver a Medida Provisória n. 198 ao governador, para que só venha ao Poder Legislativo quando for construída e consolidada pelos professores. Quero crer que o governo tem boa intenção. Então, peço que o governador envie outra medida provisória a esta Casa.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Não estou dizendo que sou contra a medida provisória. Preciso de uma análise mais apurada para obter mais informações. Estou constituindo um grupo de trabalho no meu gabinete para que profissionais que realmente entendem essa situação façam uma análise, a fim de que possamos dialogar melhor com a categoria. Entretanto, ressalto como elogiável a atitude do governador em apresentar essa medida provisória no sentido de que seja melhorada a situação dos professores.

Quando se fala em aumento salarial, em mais investimentos na área pública, logo me vem à mente o que há muitos anos debate-se nesta Casa, ou seja, a revisão do pacto federativo. Não há como um prefeito ou um governador construir projetos de

melhoria das condições de vida da população com 65% da arrecadação retida em Brasília. Precisamos descentralizar esses recursos. Por que não se investe mais em nível federal na educação? Por que não se criam programas de incentivo às universidades? Há uma disparidade muito grande entre as universidades públicas, as particulares e as fundações. Por que alguns estudam sem pagar e outros não? Precisamos fazer com que o governo federal se sensibilize e analise melhor a divisão do bolo financeiro, aplicando mais recursos nos estados e nos municípios. Tenho a convicção de que se isso não acontecer todo o nosso discurso será em vão. Precisamos fazer com que a base seja o alicerce do funcionamento de todo o serviço público.

Nesta semana vi no *Fantástico* um relato sobre o mau funcionamento de postos de saúde no país. Na nossa região não é assim que funciona. Temos bons projetos na área da saúde liderados pelo governo e excelentes trabalhos executados pelas prefeituras municipais. Se não fossem os prefeitos muita gente morreria prematuramente, porque a assistência de saúde imediata prestada nos postos de saúde é bem feita em Santa Catarina. Em nossa região é realizada com amor e determinação. Mas isso só acontece se forem dadas condições aos prefeitos.

Para encerrar, sr. presidente, quero enfatizar que não sou contra a Medida Provisória n. 198, sou a favor de uma melhor discussão para elucidar algumas questões, para analisá-las bem, verificando o que de fato o professor ganha e o que perde. Esse assunto deve ser mais bem repercutido lá na ponta e deve haver, sobretudo, uma comunicação melhor entre a secretaria da Educação do estado e este Parlamento, a fim de que possamos tomar a melhor decisão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Quero comunicar com alegria a presença do jovem líder de Balneário Camboriú, Netinho, Hélio Comicholli Neto, bem como dos funcionários do

Ministério Público, que vieram acompanhar os trabalhos desta Casa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados, sras, deputadas, pessoas presentes nas galerias, ontem, juntamente com os deputados Dr. Vicente Caropreso, Serafim Venzon e Dalmo Claro, tivemos uma reunião com o Sindicato dos Médicos. Hoje pela manhã tivemos a primeira reunião com a comissão de Saúde da Assembleia.

A saúde é um tema que vamos, ao longo do nosso mandato, procurar discutir e fazer aquilo que, evidentemente, temos que procurar fazer. Somos deputados para procurar soluções, somos pagos para isto: procurar soluções para melhorar a situação do país, melhorar a situação do estado, melhorar a situação do povo brasileiro. Somos deputados para fazer boas leis e melhorar os serviços públicos.

Na questão da saúde é praticamente unânime, é consenso, que são dois os principais problemas: o financiamento e a gestão. O problema do financiamento está mais claro, porque o governo federal que, ao longo das décadas de 70 e 80, era o grande financiador da saúde no país, a partir do Sistema Único de Saúde, pós Constituição de 1988, foi lentamente deixando de financiá-la, foi deixando de aplicar recursos, transferindo, assim, a responsabilidade para os estados e para os municípios. Na realidade, atualmente os grandes financiadores da saúde no país são os municípios - e o deputado Natalino Lázare acabou de afirmar isso.

Pela Constituição, os municípios precisam investir o mínimo de 15% do seu orçamento na saúde, mas a verdade é que todos investem muito mais. Não há município que não invista mais de 15%, alguns investem até 30%, 35%. Os estados brasileiros precisam investir 12%, mas alguns investem um pouco mais, outros até menos. Santa Catarina mantém um nível de 12%.

O governo federal, que tinha que investir, calcula-se, pelo menos 10%, investe somente 4%.

Essa é uma realidade conhecida. Nós vamos trabalhar sobre esta discussão: uma proposta de emenda constitucional, a partir das Assembleias Legislativas, a fim de que o governo federal invista nessa área 10%.

A segunda questão diz respeito ao gerenciamento. É sobre isso que quero debruçar-me um pouco. Quando se fala em gerenciamento, pensamos em duas coisas: a primeira é que as pessoas não sabem gerenciar, não há eficácia e, evidentemente, é isso que ocorre. A segunda é que há no sistema corrupção e desvio de recursos, o que, evidentemente, também ocorre. Mas dentro do modelo de gerenciamento é que precisamos procurar soluções e hoje começamos um debate acerca disso na comissão de Saúde desta Casa.

O Brasil vive focado na especialização. O governo federal anuncia a criação do programa Mais Especialistas e tenta aumentar a oferta de serviços de saúde, o que, evidentemente, é positivo, mas se esquece de que é preciso melhorar as condições para a demanda não seja tão grande, porque não se consegue contemplar toda a oferta necessária.

Hoje todos querem consultar-se com um especialista. Isso ocorre no mundo inteiro. Se você assiste a um desses programas de debates na *Globo News*, por exemplo, sempre há um especialista, não importa a área, porque prevalece a ideia de que tudo tem que ser resolvido por ele. Contudo, não há modelo no mundo que funcione calcado em especialistas. Os modelos que funcionam no mundo, como o canadense e o inglês, calcam-se no fortalecimento dos serviços básicos, a fim de ter poder de resolutividade. Mas aqui vejo que a discussão está sempre centrada no especialista, no fortalecimento dos hospitais, no atendimento às demandas dos hospitais filantrópicos. Entretanto, teremos que ter um foco se quisermos resolver ou mesmo melhorar a situação.

No caso do médico de família, se ele não resolver pelo menos 85% da demanda, é um criador de problemas. Por quê? Porque se ele, por exemplo, não examinar alguém que está com dor de ouvido e

logo o encaminhar ao otorrino, estará criando um problema, pois se o paciente não achar o especialista, terá que arrumar um atestado ou perderá o emprego. No entanto, esse problema poderia, de repente, ser resolvido lá na ponta.

No Brasil, o acesso ao especialista é amplo, geral e irrestrito. Não há um sistema, um modelo, e a nossa capacidade de resolutividade na atenção básica é muito pequena. Por quê? Porque os profissionais não têm a atuação devida numa coisa que é a qualificação do trabalho. É preciso avançar para que o profissional a ser lotado na ponta da linha não seja só um recém-formado. Até mesmo o programa Mais Médicos se mostrou, em minha opinião, ineficiente, porque os profissionais que vieram têm os mesmos defeitos dos nossos ou até mais. Por quê? Porque não têm a capacidade de resolutividade necessária na atenção básica, tornando-se agentes do chamado programa "ao-ao", ou seja, somente encaminham as pessoas.

Então, esse é o ponto base. É claro que são necessárias outras coisas na ponta da linha, como ter postos de saúde adequados. Mas o mais importante, no meu entendimento, entendimento esse fruto da minha experiência como secretário municipal de Saúde, diretor de hospital, médico e secretário estadual de Saúde, é empregar profissionais médicos que tenham capacidade de resolutividade, caso contrário não se conseguirá resolver os problemas nem que se contratem todos os especialistas do mundo.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Muito obrigado pelo aparte, deputado e mestre Fernando Coruja.

Eu vejo que várias coisas caminharam juntas para que a desvalorização do médico antigo ocorresse - e posso incluir-me nessa categoria, pois já tenho 35 anos de formado, com três anos e meio de residência, o que me possibilitou um cabedal muito bom, pronto para enfrentar várias situações. No entanto, as coisas caminharam para

que eu fizesse apenas o referente à minha especialidade.

Hoje, até em função das facilidades de comunicação, completamente diferente de outros tempos, as pessoas exigem mais informações e essas muitas vezes não têm a capacidade de ter o médico ali na ponta, dentro do programa Saúde da Família.

Mas concordo 100% de que a resolutividade continua baixa e que essa é a grande razão de hospitais entupidos e de filas que aumentam dia após dia.

Muito obrigado pelo aparte e parabéns pela iniciativa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Muito obrigado, deputado dr. Vicente Caropreso. É um enfoque que tem que ser dado.

É preciso, em nosso entendimento, fortalecer os programas de qualificação. Existem residências médicas em saúde da família, mas é preciso que o profissional seja mais bem remunerado, não pode ser um recém-formado, você nem consegue encontrar as pessoas para atender. Agora é preciso que essa formação genérica seja uma atividade que tenha melhor qualificação, é uma especialidade. O atendimento básico do médico da família é uma especialidade que deve ser fortalecida para que a pessoa possa ter melhor qualificação.

Evidentemente, esse debate envolve uma série de problemas e vamos procurar aprofundá-los na comissão de Saúde, mas entendo que o foco tem que se voltar um pouco para a questão da especialidade nos hospitais, mas melhorar atenção básica, caso contrário trata-se de um problema sem solução.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Leonel Pavan, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Srs. deputados, sras. deputadas, presidente, deputado Mario Marcondes, eu estava inscrito para falar em Breves

Comunicações, mas em virtude de termos este espaço partidário, resolvemos ocupá-lo, uma vez que todos estamos imbuídos do desejo de fazer com que Santa Catarina continue desenvolvendo-se, continue progredindo.

Nos últimos dias debatemos muito sobre as nossas rodovias. Todo dia existe um parlamentar que tem algum questionamento sobre a precariedade de rodovias federais e estaduais. E isso é notado não apenas por nós, parlamentares, mas por todos os catarinenses e por aqueles que nos visitam. O governo precisa dar a devida atenção não apenas à Situação, mas também à Oposição. Precisa dar atenção não apenas aos moradores, mas também àqueles que nos visitam, porque temos a missão de fazer um estado cada vez melhor.

Vou citar um caso bem próximo da região litorânea e que se refere a uma cidade que desponta no país pelo fato de haver instalado o sexto maior parque temático do mundo, o Beto Carrero World, na cidade de Penha. Existe lá uma rodovia que se chama TransBeto, obra construída pelo estado, porque o parque se desenvolvia, o parque crescia, era comentado na mídia nacional e internacional, mas tinha um acesso não condizente com as necessidades dos seus usuários. Pois bem. O estado construiu a rodovia, mas a sua atual condição de trafegabilidade é lastimável. Arrisco-me a dizer, srs. deputados, que nem o destemido cavalo Faisca, pertencente ao nosso herói Beto Carrero, com quem tive a honra de desfilar e empinar cavalos na avenida Atlântica, em Balneário Camboriú, conseguia trafegar à noite pela TransBeto! Nem o Beto Carrero, com toda a sua coragem, passaria por aquela estrada, repito, tamanho o desafio que a rodovia coloca àqueles que se arriscam a usá-la.

Os moradores e os milhares de visitantes que precisam levar uma boa impressão do turismo de Santa Catarina, quando passam pela estrada devem até pensar em desistir, porque lá acontecem assaltos, roubos, acidentes e até sequestros. Roubaram os fios subterrâneos e por isso a estrada está sem iluminação há sete anos.

Juntamente com o então governador Luiz Henrique, cuidei tanto daquela obra. Tivemos sempre a preocupação de mantê-la limpa. Cheguei a determinar a abertura de licitação para a iluminação, mas pelo curto espaço de tempo que fiquei no governo, infelizmente não consegui tocar a obra. Fiquei sabendo que a determinação, em 2011, foi cancelar todas as licitações ou quase todas. Infelizmente, a TransBeto, uma das mais importantes estradas do estado em função do Parque Beto Carrero World, que recebe um milhão de turistas por ano e que tem somente 16 km de extensão, até hoje não foi iluminada.

Pasmem, srs. deputados, o mato esconde as poucas placas de sinalização, inclusive já sumiu o acostamento. E fico preocupado, porque temos a missão de cuidar daquilo que é nosso e muitas vezes não conseguimos. Eu fui governador, mas não pude atender a todos os pleitos. Contudo, há coisas que são prioritárias, apesar de serem pequenas. Parece-me que a iluminação naquela época não custaria R\$ 200 mil. A limpeza da rodovia, a capina do mato existente, é o mínimo que precisa ser executado pelos responsáveis, ou seja, o governo do estado.

Quero dizer que se a obra não for executada o mais rapidamente possível, só haverá duas opções: ou o governo determina a iluminação, a roçagem, a sinalização e a limpeza daquela rodovia, ou ela terá que ser transformada em mais uma perigosa aventura do Parque Beto Carrero.

Eu recebi o prefeito, os vereadores e os representantes da sociedade. Perguntaram-me o que fazer. Resta-me fazer uma indicação ao secretário da Infraestrutura, com o qual acabei de falar, que é uma pessoa muito atenciosa e por quem tenho grande admiração; resta-me fazer uma indicação ao governador Raimundo Colombo, que, tenho certeza absoluta, não deve estar sabendo, porque se soubesse disso acho que determinaria a imediata execução de obra tão necessária.

Nós, parlamentares, independentemente se somos do partido "a" ou do partido "b", recebemos visitas todos os dias. Quando se fala em

segurança, acho que a maioria procura o deputado Maurício Eskudlark; quando o assunto é turismo, a grande maioria procura este deputado; quando o tema é saúde, a grande maioria procura o deputado Dr. Vicente Caropreso, apenas para citar alguns exemplos. As pessoas, quando chegam aqui, como os prefeitos, os vereadores, as entidades, procuram-nos. E a nós, legisladores, resta solicitar ao governo que nos ajude a atender as demandas dos catarinenses que nos procuram.

Eu fico pensando por que não foi feito quando eu era governador. Eu fiz. Felizmente tenho os documentos e consegui até mostra-los àqueles que me procuraram. Mas quatro anos sem dar a devida assistência, sem fazer os investimentos necessários, realmente não dá para aceitar.

Eu certamente voltarei a esta tribuna para elogiar quando executarem a obra. Assim que atenderem, usarei este mesmo espaço político para cumprimentar o secretário ou o governador do estado, como fiz ontem no caso de uma obra na área do turismo.

Fica aqui este nosso pronunciamento, esperando que o prefeito de Penha, os vereadores e toda a sociedade possam ser atendidos com essa importante rodovia que liga a BR-101 a um dos maiores parques temáticos do mundo.

Este era o nosso pronunciamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar que estiveram em meu gabinete os vereadores Jefferson Ademir Custódio e Adriano de Souza, do município de Penha, levando esse pleito - e depois vou reforçar o posicionamento do nobre colega.

Quero registrar também a presença dos vereadores de Guaraciaba Pedro Luiz Trevisol, Claudiomiro Maldaner e Popi, a quem acompanhamos

numa audiência ao DNIT, onde fomos muito bem atendidos pelo superintendente, sr. Vissilar Pretto, que nos prestou informações acerca do que está sendo feito em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria também de registrar a presença do vereador Adeniz Humenhuka e da vereadora Djana Paula Matisoki, ambos de Papanduva, que nos visitam no dia de hoje.

Gostaria ainda, deputado Antônio Aguiar, de dizer que o nosso partido estava preparando ontem uma moção sobre a questão do pagamento das viagens aéreas das esposas dos deputados federais, pois nenhum membro do Partido dos Trabalhadores participou da aprovação dessa medida que é uma vergonha, principalmente num momento tão delicado que vivemos, o que coloca a sociedade ainda mais contra a classe política.

Então, quero registrar que a bancada federal do PT se posicionou contra isso e que a bancada estadual externaria, através de moção, a mesma posição. Felizmente o presidente da Câmara Federal voltou atrás no que certamente foi um dos acordos que fez para se eleger presidente daquela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Queremos cumprimentar as pessoas que nos visitam na tarde de hoje, especialmente os funcionários do Ministério Público de Santa Catarina.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa, que é de todos os catarinenses. Sejam bem-vindos em todos os momentos e não somente naqueles em que tenham alguma matéria de seu interesse tramitando neste Poder.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença do querido vereador Almir Pastori, de Joaçaba, no meio-oeste catarinense, que veio à capital pleitear recursos para sua cidade. É um prazer recebê-lo em nosso gabinete, até porque seus pleitos são do interesse de Joaçaba. Seja bem-vindo!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Gostaria de registrar a presença do vereador Cleber Ceccon, de Chapecó, e do vereador Bento Worma de Souza, de Pinhalzinho, assim como de outras lideranças de todo o estado, aqui presentes em função do evento da Uvesc no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Sejam todos bem-vindos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero cumprimentar todos os servidores do Ministério Público Estadual que estão aguardando a votação logo mais do veto do governador a um projeto de lei. Quero cumprimentar também todos os vereadores, lideranças, deputadas e deputados, dizendo, com muito respeito, que a manifestação do deputado Marcos Vieira e sua comparação entre o Brasil e a Venezuela foi desmedida e injusta. Para tanto quero citar as palavras da líder da oposição Maria Corina Machado, que disse o seguinte:

(Passa a ler.)

"O Brasil é um país que pretende ser a voz regional da América Latina e por tal motivo solicitamos que exija ao presidente Maduro o respeito dos direitos humanos e das práticas democráticas. Sabemos que o Brasil entende a nossa

situação, porque no passado já sofreu os estragos provocados pela ditadura.”[sic]

Creio que a líder da oposição na Venezuela compreende que o Brasil é uma referência de democracia para a América Latina e para o mundo.

Eu falava aqui do Ministério Público. Se não tivéssemos uma democracia forte provavelmente o presidente ou a presidenta da República interferiria no Ministério Público, no Supremo Tribunal Federal, no Supremo Tribunal de Justiça, na mídia, enfim, nos poderes e na sociedade organizada. A democracia brasileira está consolidada e tornou-se referência para o mundo.

Acredito que essa já é uma boa resposta e não precisamos ficar comparando a Venezuela, um país com 30 milhões de habitantes, com o Brasil, que tem mais de 200 milhões de habitantes, que tem uma democracia consolidada e cuja população tem acesso à universidade, à casa própria, ao emprego, coisa rara anteriormente.

Gostaria de comentar com v.exas. algumas matérias publicadas por vários jornais, pois há pessoas neste país que só veem terra arrasada, que não veem luz, que não veem as coisas boas, que acham que quanto pior, melhor e que se puderem prejudicar o governo brasileiro, ajudar a colocar um pá de cal fariam com prazer.

Antes de proceder à leitura das manchetes a que me referi há pouco, quero dizer que elas não são da autoria da assessoria de imprensa do PT, mas de vários veículos de comunicação.

“Petrobras recebe o mais importante prêmio da indústria do petróleo” (*Jornal do Comércio*).

“Petrobras bate novo recorde de produção de derivados em 2014” (*Valor Econômico*).

“Produção de gás natural bate novo recorde” (Agência Nacional do Petróleo).

“Unesco premia trabalho de duas cientistas brasileiras”.

“Pecuarista quintuplicou as margens de lucro em três anos” (*Valor Econômico*).

“Bens de capital têm o maior crescimento desde julho do ano passado” (*Exame*).

"Dilma inaugura o maior parque eólico das Américas".

"Ferrovia norte/sul entra em operação comercial".

"Demanda doméstica de voos alcança, em janeiro deste ano, o maior nível mensal em dez anos, diz a Agência Nacional da Aviação Civil" (*Jornal do Brasil*).

"O povo está viajando de avião" (Agência Nacional de Aviação Civil).

"ProUni é recorde com mais de um milhão e quinhentas mil inscrições".

"Bolsista do Ciência sem Fronteiras é eleito um dos jovens mais influentes do mundo". Trata-se de um programa com 100 mil jovens estudando pelo mundo afora - e oito mil são de Santa Catarina -, aperfeiçoando-se, qualificando-se para trazer para o Brasil as melhores experiências.

"Gasto com Fies cresce 13 vezes e chega a R\$ 13,4 bilhões".

"Pedidos de falência caem 21,2% em fevereiro de 2015".

"Autorizado investimento de R\$ 142 milhões da Ecoporto Santos".

"Nos últimos quatro anos a Saúde recebeu cinco bilhões".

"Profissionais brasileiros ocupam 92% das vagas do Mais Médicos" (*Dia a Dia*).

"Lei Maria da Penha diminuiu em 10% a taxa de homicídios domésticos, segundo o Ipea".

"Produção industrial avança 2% em janeiro, diz IBGE" (*Portal G1*).

"Idosos fizeram 18 milhões de viagens no ano passado".

"Brasil contratará escritório de advocacia para defesa das empresas na Organização Mundial do Comércio".

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputada Luciane Carminatti, fico imaginando o esforço que v.exa. fez para buscar alguns dados para defender o atual

governo, mas ou a imprensa está mentindo ou o povo que está indo para as ruas está enganado.

Ora, é lógico que um governo precisa fazer alguma coisa, mas dizer que o recorde de produção da Petrobras é por causa da presidente Dilma é um absurdo. Só falta dizer também que ela construiu a jazida de gás e de petróleo.

Mas entendo, amiga Luciane Carminatti, que cada um tem que puxar a brasa para o seu assado. Dessa forma, cumprimento-a pelo esforço em coletar alguma coisa para defender a presidente Dilma.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Mas deixei muito claro que não é a deputada Luciane Carminatti quem faz essas afirmações. Na verdade, demonstramos aqui que a mídia nacional, mesmo em letras pequeninas, escondidas, mostra que o Brasil cresceu muito nesses 12 anos. É claro que há dificuldades, nós sabemos, mas precisamos ser mais justos e olhar o conjunto das boas conquistas que também tivemos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, acho que num debate como este o tempo deveria ser maior, porque a deputada Luciane Carminatti precisa de muito tempo para explicar o governo do seu partido, que está colocando o Brasil na pior crise da sua história.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Queremos apenas registrar que temos na Casa um número grande de vereadores de Curitiba e de outros municípios, a quem quero dar as boas-vindas. Saúdo especialmente o vereador Nilton Graff, de Mondai,

desejando-lhe uma boa estada nesta Casa Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) Seja todos bem-vindos a esta Casa do Povo.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 15 minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, aproveito o tempo da bancada do PMDB para tecer comentários sobre dois assuntos.

Quero inicialmente cumprimentar os servidores de Ministério Público Estadual pela forma democrática, ordeira, educada e com argumentos com que buscaram os deputados para explicar-lhes todos os motivos do encaminhamento, pelo MPE/SC, através do seu Colégio de Procuradores, representado pelo procurador-geral de Justiça, do PLC n. 0021/2014, aprovado por unanimidade na legislatura passada, no sentido de dar isonomia, coisa que esta Casa já concedera a este Poder, ao Tribunal de Contas e ao Tribunal de Justiça.

Como o referido PLC contou com o veto do Poder Executivo, busca o Ministério Público do Estado de santa Catarina reparar essa injustiça, no sentido de que esta Casa derrube o referido veto e estabeleça a necessária isonomia entre os poderes catarinenses, com isso estimulando a que cada vez mais seus servidores trabalhem em prol do bem público de Santa Catarina.

Quero cumprimentar a comissão de Constituição e Justiça, que manteve a decisão tomada anteriormente pela Casa, transferindo a decisão soberana para este Plenário, que já decidira em 2014 pela aprovação do PLC n. 021, quando da sua discussão e votação em primeiro e segundo turnos.

É importante, deputado Marcos Vieira, que tenhamos o maior número possível de parlamentares em plenário quando da apreciação do veto. Nós precisamos de 21 votos para rejeitá-lo e manter o que esta Casa aprovou no ano passado.

Quero cumprimentar os servidores que estão presentes nas galerias, porque eu recebi algumas lideranças no meu gabinete e elas me convenceram,

tanto do ponto de vista jurídico, quanto do mérito da matéria, da sua importância para o estímulo à carreira do Ministério Público Estadual de Santa Catarina.

Muitas vezes pensa-se que o Ministério Público é formado somente pelo o promotor, pelo procurador e esquece-se de que existe toda uma estrutura administrativa, um suporte técnico e jurídico para dar vazão à grande demanda que existe no estado.

Acredito que esta Casa deva seguir decisões já tomadas, mantendo um posicionamento político de autonomia, coisa que já o fez, por exemplo, no caso do projeto referente ao Tribunal de Contas do Estado.

Discutimos recentemente a questão do saneamento público. Na verdade, a palavra saneamento muitos avaliam como se referindo ao esgoto que tem que ser captado e tratado. Mas saneamento é algo muito mais complexo, ou seja, é a possibilidade de abastecimento de água, a captação e o tratamento de esgoto, além da drenagem fluvial que tem que acontecer.

Nosso estado tem características muito positivas do ponto de vista da qualidade de vida, entretanto no quesito de saneamento, captação e tratamento de esgoto, Santa Catarina está no 18º lugar neste país, ou seja, muito aquém de outros índices nos quais apresentamos melhor *performance*, sendo mesmo referência nacional.

Ontem tive a honra de participar, juntamente com o governador e o vice-governador do estado, com o prefeito de Biguaçu e o presidente da Casan, de um ato dos mais importantes para o município vizinho. Por quê? Porque foi entregue a ordem de serviço referente ao investimento a ser feito na estrutura de captação e tratamento de esgoto de Biguaçu. O percentual de atendimento de esgoto em Biguaçu hoje é zero. Um investimento de R\$ 40 milhões vem sendo realizado, e há que se cumprimentar a Casan, que desde 2008 vem buscando captar recursos internacionais. Há um planejamento até o ano de 2018, quando se pretende colocar o estado num outro patamar, numa demonstração clara

de que uma empresa pública organizada e investindo pode ter resultados positivos.

Em Biguaçu serão investidos R\$ 40 milhões. É o maior investimento público no município. E o resultado desse trabalho não serve apenas para Biguaçu, porque todo o esgoto que é despejado nas baías auxilia na melhor balneabilidade das praias de Florianópolis, São José, Governador Celso Ramos e Palhoça. Precisamos trabalhar de forma conjunta, pensando na estrutura do litoral de Santa Catarina, para termos um resultado satisfatório no quesito de saneamento ambiental.

Quero registrar, srs. deputados e deputadas, que esses R\$39 milhões atenderão 30% da população, mas a estação de tratamento de esgoto será construída para atender 100% do município de Biguaçu, índice que desejamos para todas as cidades.

É importante salientar a parceria com o governo federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento, o trabalho conjunto que vem sendo realizado com diversas prefeituras. Às vezes, as redes tem estrutura de esgoto, mas ele é descartado no sistema pluvial e vai até o mar. Daí a necessidade de fiscalização, de uma linha de financiamento buscando que a rede que faz o descarte de esgoto seja ligada corretamente na rede de esgoto.

Aqui em Florianópolis buscam-se cada vez mais tratamentos, como ocorre no sul da ilha, com a proposta apresentada para fazer não apenas o tratamento primário e secundário, mas o terciário, a fim de utilizar o recurso conseguido através do banco japonês para que este não se perca, ou seja, uma vez que o recurso foi conquistado deve ser utilizado. Mais de R\$ 1 bilhão será investido em Santa Catarina, e aí entra a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica), a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). A Casan espera chegar a R\$ 1,5 bilhão em investimentos.

Dessa forma, estamos ocupando esta tribuna para, em nome do engenheiro Valter Gallina e dos diretores da empresa, cumprimentar todos os servidores pelo bom trabalho que vem realizando no

estado. Foi importantíssima a participação integrada dos órgãos que buscaram as licenças ambientais, que são muito difíceis, deputado Ismael dos Santos, pela complexidade do projeto apresentado. Todos os órgãos estão acompanhando esse trabalho, pois vencer essa barreira burocrática, exigência legal, é verdade, é difícil, muitas vezes dá vontade de desistir, deputado Luiz Fernando Vampiro. Mas a verdade é que houve persistência por parte da Casan. Hoje temos na diretoria de Expansão da Casan o engenheiro Paulo Meller, homem de grande experiência que vem realizando um bom trabalho para dar continuidade às já ações realizadas.

A nossa grande expectativa, deputado Fernando Coruja, é que possamos ter um grande debate a respeito do tema e coloco-me à disposição para, juntamente com os demais colegas da comissão de Meio Ambiente, trabalhar cada vez mais no acompanhamento dessas obras, no sentido de dar mais agilidade a esses processos burocráticos, com vistas à concretização das ações pretendidas.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Quero também cumprimentar o engenheiro Valter Gallina e todos os que trabalharam para a obtenção desse financiamento. Segundo informações que temos - e ainda hoje conversamos com o ex-deputado Sérgio Grando -, essa é uma área em que por conta dos financiamentos internacionais há interesse dos grandes bancos, ou seja, há disposição para financiar projetos no Brasil. Assim, as prefeituras devem dedicar-se no sentido de elaborar projetos de saneamento e vencer os entraves burocráticos, porque a legislação ambiental tem que ser cumprida para o bem de todos. Mas a boa notícia é que há recursos disponíveis para aplicar nessa área, fato importante num período tão difícil.

V.Exa., que vai ser o novo prefeito de Florianópolis, tem que pensar desde já em grandes planos para o futuro, porque certamente há muito

mais dinheiro disponível, desde que haja planejamento e projetos nos quais investir.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Isso mesmo, deputado. Já existe a previsão para investir em mais 31 municípios, seja no abastecimento de água, seja no tratamento de esgoto.

Na região sul, deputados Ricardo Guidi, Luiz Fernando Vampiro e Rodrigo Minotto, são as cidades de Forquilha, Braço do Norte, Criciúma, Lauro Muller, Laguna e Garopaba; na região norte e no vale do Itajaí, temos Araquari, Ibirama, Indaial, Taió, Piçarras, Barra do Sul, Ituporanga, Rio do Sul, Curitibanos, Canoinhas e Mafra; na região oeste, Cordilheira Alta, Videira, Caçador, Piratuba, Ipira, Concórdia, Chapecó, Xanxerê e Xaxim; e na Grande Florianópolis, Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu, São José e Bombinhas.

Finalizo, sr. presidente, reportando-me aos desafios a serem superados. O primeiro é cumprir as metas dos contratos dos programas para conseguir os investimentos. O segundo é acordar as exigências políticas municipais para poder concretizar. O terceiro é conseguir as licenças ambientais e administrativas para executar as obras. Já o quarto desafio a ser superado refere-se à titularidade das áreas, a fim de que se possa executar as obras conforme as exigências dos contratos de financiamento. E o quinto diz respeito ao projeto do banco KFW, que conta com R\$ 300 milhões, uma parceria da secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, destinados ao sistema de esgoto de municípios de até 15 mil habitantes.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Ouço V.Exa.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Quero apenas colaborar. Quando fui governador do estado estive no Japão para assinar um convênio com a agência Jica no valor de mais de R\$ 400 milhões para atender grande parte desses municípios que v.exa. acabou de citar. Foram seis dias de viagem entre ir e voltar. Fiquei lá somente oito horas. Só fui assinar o convênio. Lá estava Walmor De Luca, que

cumpriu outros compromissos. Eu fui até Tóquio para ficar oito horas, assinar o convênio e voltar.

Entretanto, deputado, nunca fui convidado pelo governo para o lançamento de uma obra dessas nem para a inauguração, apesar de terem sido concretizadas com os recursos que o governador Leonel Pavan foi buscar em Tóquio para esse fim.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Quero cumprimentar v.exa. porque sei que isso faz parte do histórico de conquistas para chegara este momento. É muito difícil vencer as barreiras, o importante é saber que foi executado.

Deputado Leonel Pavan, quero dizer que se v.exa. não foi convidado para o evento de ontem é porque talvez tenham convidados apenas os deputados da Grande Florianópolis. Contudo, no próximo faço questão de convidá-lo, porque sua presença sempre nos alegra e traz a experiência de toda a sua carreira política. Pode contar com o meu convite. Estaremos juntos.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Quero registrar a presença dos vereadores Nilo João Ghilardi, de Iporã Oeste, Ricardo Vieira, de Florianópolis, e Abel Bicheski, o Bello, da nossa querida cidade de Mafra. Também do ex-prefeito de São João Batista, Jair Sebastião de Amorim. Sejam todos bem-vindos a esta Casa Legislativa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, srs. vereadores que abrilhantam esta sessão. Acredito que o evento que se realizará às 18h30 nesta Casa também será prestigiado por todos os deputados. Quero cumprimentar ainda os servidores da Justiça, que aqui estão em busca da

aprovação do seu plano de carreira. Estamos juntos nessa caminhada.

Eu preciso, sr. presidente e srs. deputados, fazer um rápido agradecimento e uma prestação de contas, como presidente da comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Assembleia Legislativa, à equipe que trabalhou comigo em 2014: deputadas Ana Paula Lima, que retorna à comissão, e Dirce Heiderscheidt; deputados Narcizo Parisotto, Reno Caramori e Serafim Vezon.

Também quero dar as boas-vindas aos novos membros da referida comissão, que me delegaram mais uma vez a presidência da mesma. São eles: deputados Narcizo Parisotto, Natalino Lázare, Dr. Vicente Caropreso, Dalmo Claro, Fernando Coruja e Ana Paula Lima. Aliás, estamos com três médicos, dois, inclusive, ex-secretários de estado, e uma enfermeira, o que vai propiciar um bom debate na comissão.

Eu farei rapidamente uma prestação de contas. A revista *Veja*, da semana passada, trouxe uma matéria muito interessante com o título *Os filhos do crack*. Acredito que alguns dos srs. deputados e aqueles que nos acompanham tenham tido acesso a essa matéria, que muito bem colocou que o vício já afeta um milhão de lares brasileiros. E essa tem sido a nossa batalha em Santa Catarina, porque dados da Senad - Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas - apontam que há 40 mil usuários de *crack* em nosso estado.

Eu solicito à assessoria que passe um rápido vídeo do programa *Reviver*, uma prestação de contas do trabalho que conseguimos desenvolver em parceria com o governo de estado e a nossa comissão em 2014.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Muito obrigado à assessoria.

O que acabamos de assistir foi uma síntese do programa *Reviver*, que hoje tem 800 vagas garantidas no estado de Santa Catarina.

Quero agradecer à deputada Luciane Carminatti e ao deputado Cesar Valduga, que me acompanharam, neste final de semana, nas visitas a algumas comunidades do oeste catarinense.

Por fim, fica aqui o convite aos srs. deputados para conhecerem algumas das 80 comunidades credenciadas no programa. Queremos, deputada Ana Paula Lima, avançar mais, para chegar a pelo menos mil vagas nos próximos meses, garantindo com isso 100 comunidades credenciadas em todo o território catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado pela manifestação e pela exposição, eminente deputado Ismael dos Santos. Trata-se de um belo trabalho realizado em favor de pessoas que tanto precisam.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos cinco minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Rodrigo Minotto.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero registrar a presença dos vereadores

Wilson Luiz Binotto e Fernando Scolaro, do município de Caçador, e Ruben Paulo Giacomini e Rudinei Pasqual Demarco, do município de Paraíso.

(Passa a ler.)

"Quero cumprimentar todos os servidores do Ministério Público Estadual e dizer que analisando o Projeto de Lei Complementar n. 0021/2014, especificamente com relação à fundamentação do veto e legislações recentes idênticas, como, por exemplo, a Lei Complementar n. 496/2010, dos servidores do Tribunal de Contas, concluí que os motivos que ensejaram o veto por inconstitucionalidade não são consistentes. A fundamentação se lastreou em decisões antigas tanto do STF quanto da própria Procuradoria, cujos conceitos não se aplicam ao caso em tela.

De fato, ao analisar o veto total do Projeto de Lei Complementar n. 0021/2014, verifica-se que a Procuradoria embasou o seu entendimento no art. 39, da Constituição Federal, que indica dever haver regime jurídico único e plano de carreira para os servidores das administrações pública direta, autarquias e fundações.

Além disso, a Procuradoria emitiu parecer utilizando como fundamentação o fato de o governador haver vetado o projeto de lei idêntico referente ao Tribunal de Contas do Estado, no qual estava prevista a estabilidade financeira dos servidores.

Apesar de tais argumentos, a verdade é que o entendimento do Superior Tribunal Federal é favorável à estabilidade financeira. Além disso, outros poderes/órgãos possuem legislação estadual no mesmo sentido, a exemplo do Tribunal de Contas do Estado, do nosso Poder Judiciário e da própria Assembleia Legislativa. E cito a Lei Complementar n. 496/2010, a Lei Estadual n. 15.138/2010 e a Resolução n. 9/2011, desta Casa.

Neste norte, verifiquei que, diferentemente do teor do parecer da Procuradoria-Geral do Estado utilizado pelo governador como sustentáculo ao veto ao Projeto de Lei Complementar n. 0021/2014, o Tribunal de Contas do Estado possui legislação promulgada pela Presidência da Assembleia Legislativa, em razão de veto do governador e de sua inércia em promulgar a referida lei. Refiro-me à Lei Complementar n. 496/2010.

Não podemos ter dois pesos e duas medidas. Se a legislação é aplicável a um órgão/instituição, neste caso, ao Tribunal de Contas do Estado, outra com os mesmos preceitos também deverá ser acolhida por esta Casa, respeitando, inclusive, o art. 39 da Constituição Federal.

Por fim, quero destacar a exposição de motivos do Ministério Público de Santa Catarina, que é esclarecedora, fato que torna ainda mais fácil e tranquila a decisão deste deputado, no sentido de votar contra o veto ao Projeto de Lei Complementar n. 0021/2014.

Entendo que o voto deve ser favorável à derrubada do veto ao Projeto de Lei Complementar n. 0021/2014, até porque a comissão de Constituição e Justiça desta Casa Legislativa aprovou-o por unanimidade, tendo em vista a constitucionalidade da lei, a fundamentação não consistente que acompanha o veto, a situação idêntica de outros órgãos/poderes e ao fato de as

despesas decorrentes da execução da nova lei correrem por conta do orçamento do próprio MP/SC, sem qualquer custo adicional ao Poder Executivo.

Ademais, servidor é trabalhador e trabalhador tem que ser valorizado!"

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0366/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0590/2013, de autoria do deputado Milton Scheffer, que institui o Dia Estadual de Conscientização do Uso de Agrotóxicos no calendário oficial do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativa e supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim

DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 31 srs. deputados.

Temos 31 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 0002/2015, de origem governamental, que opõe veto total ao Projeto de Lei Complementar n. 0021/2014, de autoria do Ministério Público, que acresce dispositivo à Lei Complementar n. 223, de 2002, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Pessoal do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, por delegação do líder do PMDB, na condição do vice-líder e com a concordância de todos os srs. membros da nossa bancada, posto que já conversamos também com o líder do governo, expresse a nossa posição pela derrubada do veto, tendo em vista o posicionamento que esta Casa já adotou em projetos de igual teor que aqui tramitaram.

A manifestação e a orientação do PMDB aos srs. deputado, portanto, é votar pela derrubada do veto, acompanhando a decisão unânime desta Casa no ano passado.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o governo do estado tem o entendimento de que esta lei fere a Constituição Federal no que diz respeito ao art. 39, bem como feriu também a Lei Complementar n. 946, do estado de Santa Catarina. Portanto, encaminha a voto pela manutenção do veto a esta matéria.

Por outro lado, a manifestação do próprio Ministério Público conta com uma defesa embasada em fatos anteriores idênticos. Assim, tanto há argumentos para a tese do governo como do MP.

Dessa forma, penso que o melhor encaminhamento que podemos fazer é liberar a base governista para votar de acordo com sua consciência.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, esse veto se refere ao Projeto de Lei Complementar de autoria do Ministério Público do Estado que institui o plano de cargos e carreira de vencimentos dentro daquela instituição, com vistas a propiciar autonomia a esse importante guardião dos direitos da sociedade.

Dessa forma a bancada do PSDB vota pela derrubada do veto.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Rodrigo Minotto - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rodrigo Minotto, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Em nome da bancada do PDT quero justificar o meu voto. Já declarei da tribuna meu posicionamento pela constitucionalidade do projeto, em função da manifestação da comissão de Constituição e Justiça desta Casa, da inconsistência do parecer da Procuradoria-Geral do Estado, uma vez que a situação é idêntica à de outros órgãos e poderes, e porque o servidor é trabalhador e merece ser valorizado.

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti, para encaminhamento de votação.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, a manifestação do governo ao vetar o

projeto, em nosso entendimento, não cabe porque esta Casa tem uma comissão de Constituição e Justiça que o analisou e julgou-o constitucional.

Então, a posição da bancada do PT é pela constitucionalidade da matéria, pela derrubada do veto e pela valorização dos trabalhadores.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, o Partido Progressista já estudou essa matéria e votou favoravelmente no ano passado. Assim, por coerência, o partido pretende manter sua posição. Acho que o que está faltando é o próprio Poder Executivo criar um plano de carreira para o seu funcionalismo, mas isso não é justificativa para impedir que o Ministério Público tenha o seu.

Por isso, o Partido Progressista, até diante da manifestação do líder do governo, encaminha o voto pela rejeição do veto do governador.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, tendo em vista que o nosso líder não está aqui neste momento, estou autorizado pelos meus pares a colocar a posição da bancada do PSD, inclusive a posição da v.exa., que preside esta Casa, e que é pessedista.

Em consideração à posição do líder do governo, que liberou a base; em consideração aos servidores do Ministério Público; em consideração à própria instituição, que sempre defendemos no Parlamento catarinense, e tendo em vista que outros poderes e instituições já têm lei semelhante, somos pela derrubada do veto, visando dar estabilidade

financeira e de carreira aos abrangidos pelo seu teor.

O voto do PSD, com todo respeito, é pela derrubada do veto do governador.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Cleiton Salvaro - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cleiton Salvaro, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO CLEITON SALVARO - Nós, como representante da bancada da minoria nesta Casa, ou seja, da Frente Renovação, votamos pela derrubada do veto.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Valduga, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente, srs. servidores, em virtude do líder da bancada governista haver liberado a votação e seguindo a orientação da nossa deputada Angela Albino, que no ano passado votou a favor desta matéria, somos pela derrubada do veto.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Narcizo Parisotto - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Narcizo Parisotto, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Sr. presidente, a exemplo do deputado Cesar Valduga e do deputado Rodrigo Minotto, também tive um trabalho bem suave para convencer a nossa bancada para votar contra o veto.

Portanto, o DEM unanimemente vota pela derrubada do veto.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está aberto o painel eletrônico.

Quem votar "sim" mantém o veto e quem votar "não" derruba-o.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIM	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	não

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 31 votos "não" e nenhum voto "sim".

Está rejeitado o veto.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0046/2015, 0047/2015 e 0048/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0049/2015, 0050/2015, 0051/2015, 0052/2015, 0053/2015, 0054/2015, 0055/2015 e 0056/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0057/2015, 0058/2015, 0059/2015, 0060/2015 e 0061/2015, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0062/2015, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso; 0063/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0064/2015, 0065/2015, 0066/2015, 0067/2015, 0068/2015, 0069/2015 e 0070/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0091/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0092/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0093/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0094/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes; e 0095/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes proposições:

Moção n. 0010//2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviada ao ministro da Pesca e Aquicultura e demais autoridades, intercedendo pela revogação ou alteração da Portaria n. 445, publicada em 17 de dezembro de 2014, editada pelo governo federal e referente às espécies marinhas ameaçadas de extinção consideradas recursos pesqueiros importantes para o setor.

Em discussão.

O sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Leonel Pavan, para discutir.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, alguns dias atrás já fizemos um pronunciamento sobre esse assunto. Esta reivindicação é de todo o setor pesqueiro, não apenas de Santa Catarina, mas do Brasil. E o apoio do Parlamento, da Casa do

Povo de Santa Catarina, presidida por v.exa., será muito importante para que nós possamos continuar gerando empregos no setor da pesca.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Casa se associa, de forma unânime, à proposição do deputado Leonel Pavan, pela importância e relevância do tema.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0011/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da República e ao ministro da Saúde, intercedendo pela elaboração de estudos e adoção de providências para incluir a síndrome de Menkes entre as doenças a serem diagnosticadas de forma gratuita e obrigatória na triagem neonatal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0032/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador do estado, solicitando esclarecimentos acerca dos motivos de a biblioteca da Udesc fechar aos sábados.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0033/2015, de autoria do deputado Ricardo Guidi, a ser encaminhado ao governador do estado, solicitando esclarecimentos acerca da população carcerária e do efetivo de agentes penitenciários.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0034/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Infraestrutura, solicitando esclarecimentos pertinentes à obra de reforma da ponte sobre o rio Burro Branco, que liga os municípios de Águas Frias e Nova Erechim pela SC-159.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0035/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao governador e à secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação, solicitando esclarecimentos sobre o programa Água para Todos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0036/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao

secretário da Educação, solicitando esclarecimentos acerca do valor da assistência financeira prestada pelo estado e referente ao art. 170 da Constituição de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0037/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari, a ser encaminhado ao secretário da Infraestrutura, solicitando esclarecimentos sobre o andamento das obras na SC-447, no trecho que liga os municípios de Lauro Muller e Treviso.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero inicialmente cumprimentar o médico urologista Rodolfo Dittrich, do Hospital Governador Celso Ramos e professor da residência de Urologia, que tem prestado um extraordinário trabalho a toda a sociedade catarinense.

Também quero saudar todos os vereadores e prefeitos que estão participando de um encontro nesta Casa. Quero saudar ainda o presidente nacional do PSDB, senador Aécio Neves, pela posição clara explicitada no dia de ontem no Senado Nacional, com relação à Medida Provisória n. 0669, da Presidência da República, que aumenta os impostos das empresas que haviam aderido à

forma de cobrança simplificada, ou seja, de 1% a 2,5% sobre o movimento bruto, que passou para 2% a 4,5%.

Através dessa medida provisória a presidente Dilma Rousseff está mais do que dobrando os impostos no caso das empresas. Por exemplo, quando do afastamento por doença de um empregado, quem bancava os primeiros 15 dias eram as empresas, sendo que os demais eram bancados pelo INSS, até porque ambos contribuem para isso.

Naturalmente que a Presidência do Senado devolveu à presidenta da República essa medida provisória, e fez isso com a aprovação de vários senadores, inclusive da base do governo.

Quero cumprimentar o nosso presidente, senador Aécio Neves, pela atitude, e cumprimentar o Senado, aplaudindo a atitude de devolver a medida provisória que aumentava a tributação sobre as empresas.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado, é elogiável a atitude do presidente Senado, senador Renan Calheiros, que merece os nossos elogios. No entanto, acho que se trata de um jogo para a torcida, um faz de conta em que um dá ali e o outro tira daqui, porque daqui a pouco eles se acertam novamente.

Tenho certeza de que o presidente do Senado devolveu a MP porque nela havia equívocos. Hoje as empresas que geram empregos estão com dificuldades para arcar com os impostos e estão cada vez mais estranguladas pelas atitudes do atual governo federal. Acho que assim como a presidente Dilma Rousseff fez de conta, também fez de conta o senador Renan Calheiros. Repito, acho que é um jogo combinado, um faz de conta, mas espero que dê resultado no futuro, porque ninguém pode brincar com a consciência dos brasileiros.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sem dúvida, a Presidência da República abuse da população brasileira quando atribui encargos à sociedade e corta recursos do Fies. Em Santa Catarina há 47

mil alunos que precisam e usam os recursos do Fies e que de repente viram seus contratos rejeitados, o que os impede de continuar a cursar a universidade. Isso vem em prejuízo de todo o sistema educacional superior do estado, porque esse grande número de estudantes não está podendo pagar seus cursos.

Esse contrato por certo deveria valer pelo curso universitário inteiro, mas de repente interromperam os contratos, impedindo que os alunos renovem suas matrículas, ao mesmo tempo em impedem que a universidade projete os seus investimentos em cima da arrecadação que teriam com aqueles alunos.

A presidente, que se elegeu com o discurso de que o país seria uma pátria educadora, frustra as expectativas de milhares de brasileiros que sonham em terminar o seu curso universitário.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Quero somente para contribuir com a sua posição, porque além das dificuldades dos jovens em acessar o Fies, o novo ministro da Educação definiu uma linha de corte de 580 pontos do nem para conseguir acessar o programa. Isso é um absurdo. Por quê? Porque a média no Brasil é de 500 pontos. Ora, quem puxa a média para baixo é o estudante carente, o filho do pobre, do trabalhador. E com essa medida o novo ministro da Educação está impedindo os jovens carentes do Brasil de terem acesso a esse programa magnífico que é o Fies. Essa é grande verdade!

Vejam que absurdo: o governo federal está devendo R\$ 200 milhões para as universidades, não está pagando o Fies e também não está pagando o Pronatec. E, mais do que isso, cortou 30% do investimento das universidades federais do Brasil. No entanto, na televisão continua sendo veiculada a propaganda do governo federal que diz que a prioridade deste ano é a educação. Acho que este é o ano, sim, da destruição da educação no Brasil! Essa é a verdade!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Obrigado, deputado. É mais uma cobrança que a presidência da República faz em cima da sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Presidente, quero registrar a presença dos vereadores Piska e Ronei Lovemberger, de Rio Negrinho, e do vereador Samuca, do município de Monte Castelo. Sejam bem-vindos!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Boa-tarde, sras. deputadas e srs. deputados, sra. presidente.

Quero lembrar ao deputado Darci de Matos que o PSD faz parte da base de apoio ao governo federal e ocupa o ministério das Cidades, que antes era do PP. Então, espero que o PSD ajude o governo a discutir as políticas públicas e a publicizá-las, inclusive.

Tenho assistido estarecido à mídia nacional nos últimos dias. Inclusive, a senadora Fátima Bezerra fez ontem um pronunciamento no Senado falando um pouco da mídia brasileira, mais especificamente da revista *Veja*, que faz parte da grande imprensa partidária atrelada ao PMDB e que tem a obsessão de destruir o PT. Ela afirmou que há um processo de desvirtuamento da política promovida pela grande mídia deste país, a quem denominou de mídia oposicionista, que se porta como um verdadeiro partido de oposição. O PT não tem dúvidas de que é por isso que está apanhando tanto e deseja fazer a reforma da mídia nacional. Não é possível que tenhamos uma mídia que assuma o papel de um partido político!

Assisto à televisão e leio os jornais pertencentes à grande mídia monopolista e não

consigo neles colocar a minha opinião sobre as coisas e sobre o meu partido. Mas desta tribuna posso fazer isso, desta tribuna não posso me calar vendo aqueles que estão instigando o ódio nacional pregando mentiras através da grande mídia, sem que se consiga fazer o contraponto, mostrando a verdade dos fatos.

Não posso calar-me quando um deputado ocupa esta tribuna para reproduzir inverdades e mostrar manchetes de jornais de Santa Catarina e do Brasil que falam em desabastecimento. Aonde? Tivemos pontualmente problemas, sim, deputado Silvio Dreveck, por causa da greve dos caminhoneiros. Agora, dizer que há desabastecimento no Brasil é um absurdo! Pode ser na casa do deputado ou em qualquer lugar, mas nos supermercados não!

Em que país vive o deputado, quando fala de inflação alta? No Brasil? Aqui a inflação é de 6%. Em 2013 ela foi a mais baixa dos últimos cinco anos. A dívida pública à qual o deputado se refere, no seu governo, no governo de Fernando Henrique Cardoso, era de 60% do PIB, nós a reduzimos para 35%. As reservas cambiais que eram R\$ 45 bilhões, hoje estão em torno de R\$ 350 bilhões.

Poderíamos falar aqui sobre tantas outras coisas. Por exemplo: conseguiram privatizar parte da Petrobras, que eles tanto querem destruir; até mudaram o nome da empresa para Petrobrax, a fim de vendê-la ao capital internacional. É para isso que quero chamar a atenção do povo brasileiro, não entrem nesse discurso. O petróleo tem que ser nosso! A presidenta Dilma Rousseff articulou no Congresso a aprovação da lei da partilha, através da qual impedimos que as multinacionais façam o que fizeram com a Vale do Rio Doce: ficaram com o nosso minério, com as nossas riquezas.

Temos no sul do Brasil uma riqueza que é o nosso gás xisto. Ele tem que ficar para nós, para o povo brasileiro. Quando eles estão no governo até permitem que haja democracia, quando eles não estão, não permitem. Pregam, através da mídia, o autoritarismo na política, o ódio. Há lideranças de Santa Catarina pregando um ódio cruel lá pelo

oeste, deputado Cesar Valduga. Durante uma mobilização em Chapecó, no sábado, pessoas chegaram a subir num apartamento para tirar de uma jovem a bandeira do seu partido político que ela portava. O que é isso? Que democracia é essa? Faixas pediam a volta da ditadura! Quem faz isso não sentiu a violência dos militares nos porões da ditadura!

Quero chamar atenção para este momento que estamos vivendo. Se não fosse o nosso governo dar autonomia ao Ministério Público e à Polícia Federal talvez hoje não estivéssemos falando nem de corrupção, talvez estivéssemos falando das vitórias, dos prêmios internacionais conquistados pela Petrobras.

Durante a semana a deputada Luciane Carminatti, nossa líder, apresentou nesta Casa o crescimento dessa grande empresa nacional e os prêmios de tecnologia que ela conquistou do mundo. Fomos nós que a fortalecemos e não é por acaso, deputado Leonel Pavan, que a Petrobras está assim. Houve decisão política em investir em pesquisa, investir em novas tecnologias. Por isso é que o pré-sal foi descoberto. Os mesmos que em 1930 diziam que o Brasil não tinha petróleo, agora dizem que não existe o pré-sal. Mas nós investimos e a Petrobras se transformou na maior empresa do mundo.

Há também a questão da simpatia por Cuba. Os Estados Unidos levantaram o embargo contra Cuba e o Brasil financiou, sim, estrategicamente, um porto naquele país, que é uma das principais saídas para o Caribe. Vários países queriam fazer isso, mas o Brasil financiou o porto e tem parte nele, sendo que vai beneficiar-se muito no processo de exportação com toda aquela região.

Então, quero restabelecer a verdade neste país. Temos problemas, tivemos que tomar medidas importantes, duras, mas que vão dar tranquilidade para o país continuar crescendo e distribuindo renda. Os ricos têm ódio do nosso partido, porque nós mudamos a lógica nacional. No passado, para financiar uma casa o cidadão tinha que ter uma renda boa. Hoje damos prioridade ao pobre,

invertemos a lógica, a prioridade é para quem mais precisa do estado, para quem mais precisa da casa própria. Essa foi uma grande mudança e por isso a elite brasileira tem tanto ódio do governo do PT.

Mas não tem problema! Precisamos continuar melhorando a vida do povo brasileiro. E é por isso que deixo a tribuna, deputada Dirce Heiderscheidt, dizendo o seguinte: tenho em mãos um documento da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar sobre a suspensão dos recursos do ministério da Educação para a alimentação escolar no estado. Amanhã vou provar que afirmar que os agricultores não têm capacidade para fornecer alimentos não é verdade. O que estamos esperando é que o estado, através da secretaria da Educação, faça a necessária licitação e compre ao menos 30% dos produtos destinados à merenda escolar da nossa agricultura familiar.

Faz cinco anos que estão enrolando, não podem agora dizer que os agricultores não tiveram capacidade para fornecer os produtos necessários à alimentação escolar. Pelo contrário, os agricultores têm capacidade para fornecer produtos de qualidade, por isso os agricultores familiares e suas organizações estão esperando uma compra por parte da secretaria da Educação. Não se pode mandar entregar, como já aconteceu em 2011 e 2012, quatro ou cinco pacotinhos de alface para uma escola do interior. Isso não é viável. E foi por isso que muitas escolas ficaram sem produto, já que os agricultores, as organizações não conseguiram entregá-lo. Nós precisamos entregar um maior volume de produtos às escolas.

As organizações querem participar, os agricultores precisam entregar seus produtos. Não venham com discursos baratos, nós queremos que os agricultores tenham de fato condições de continuar produzindo alimentos e que as crianças se alimentem com produtos frescos e de qualidade. É isso que queremos e esperamos que o governo resolva logo os problemas...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Presidente, desejo fazer um contraponto ao deputado Dirceu Dresch, pois não posso concordar que os ricos é que estão trabalhando para derrubar o governo, que os ricos não gostam dos pobres. Então, o Lulinha não gosta dos pobres, pois é considerado um dos homens mais ricos do Brasil e até do mundo.

Essa não é uma questão sobre pobres ou ricos, mas sobre a má gestão da Petrobras. Nós não falamos mal da Petrobras, o que está sendo comentado pela oposição e pela mídia é a má gestão implantada na Petrobras nos últimos anos. Isso está claro, está escrito, ou vamos ter que chamar a atenção e até fazer uma CPI em cima da imprensa, porque deve estar mentindo. Estamos falando sobre o que está sendo colocado hoje na opinião pública do Brasil e do mundo inteiro.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, só gostaria de dizer que a palavra pela ordem só deve ser usada para informes e encaminhamentos e que o debate político deve ser feito da tribuna, onde o deputado tem o seu momento para debater com os demais companheiros.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, trago à tribuna hoje um problema sério que está ocorrendo na região do vale do Itapocu, precisamente na cidade de Guaramirim, que tem uma

obra abandonada e ninguém quer assumir a paternidade do abandono.

Logo à esquerda da entrada do município havia o Centro de Convenções José Perfeito de Aguiar, que foi derrubado em troca da construção do Cedup. A obra desse centro de educação profissionalizante seria realizada através de um convênio da prefeitura, que doou o terreno, e com os governos federal e estadual, que já repassaram recursos. A obra já teve início, foram gastos R\$ 5,5 milhões, mas como não houve acerto para o seu término, está tudo parado desde 2012. São três anos de abandono, de descaso com uma obra tão importante para qualquer política, seja municipal, estadual ou federal. Uma obra que abrigaria 900 alunos está há três anos abandonada e o mato comendo solto. Parece que agora estão tentando terminar a obra, que para a região é extremamente importante, pois está localizada num lugar estratégico do vale do Itapocu, bem no centro, antes de chegar a Jaraguá do Sul.

Então, esse é o apelo que faço. Além da denúncia de descaso a uma obra que já levou R\$ 5,5 milhões - quase todo o dinheiro veio do governo federal -, deixo um apelo no sentido de que terminem a obra e deem valor ao dinheiro do contribuinte que já foi gasto. Apelo à secretaria de estado da Educação para que reveja a posição e seja ágil, a fim de que não se perca e caia totalmente no abandono uma obra tão importante, resultado do esforço de muitas lideranças da região.

Era isso, sra. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Obrigada, deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sra. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, quero registrar - e vejo, nas galerias desta Casa, vereadores do município de Curitiba, juntamente com o prefeito - que hoje

haverá a abertura da assembleia da Uvesc, União dos Vereadores de Santa Catarina, que discutirá os pleitos dos nossos municípios.

Estiveram em nosso gabinete os vereadores Jefferson Ademir Custódio e Adriano de Souza, do município de Penha, juntamente com o presidente da associação do bairro Santa Lídia, também chamado Adriano.

O deputado Leonel Pavan se referiu aqui à iluminação da TransBeto, rodovia que liga a BR-101 ao Parque Beto Carrero, onde a criminalidade vem fazendo frente ao poder público. Para se ter uma ideia, deputada Dirce Heiderscheidt, o cabeamento da iluminação daquela rodovia, acho que são 7 km, foi furtado pelos usuários de crack e o estado não sabe o que fazer para resolver a questão. Mas temos que encontrar uma solução para restabelecer a iluminação pública, com um cabeamento que não possa ser furtado pelos usuários de droga.

Eu quero também registrar que estivemos presente, na última semana, ocasião em que também lá esteve o deputado Leonel Pavan, na posse do novo comando da Polícia Militar, em Balneário Camboriú.

A expectativa da população, hoje, é muito forte com referência às áreas da segurança pública e da saúde. Esses são dois pontos que sempre fiz questão de frisar quando falava, na Academia da Polícia Civil, para os novos policiais, ou seja, quando as pessoas procuram o setor de saúde e o de segurança elas estão fragilizadas e precisam de atenção, respeito e resolução do problema.

Digo isso porque o contato, a proximidade, o relacionamento humano na segurança pública tem que ser muito forte. As pessoas têm que poder confiar na segurança, ter diálogo e acreditar. E isso é algo que precisa ser resgatado, que precisa ser reconstruído.

Então, quero aproveitar a ocasião para parabenizar o coronel Reinaldo Boldori, comandante regional de Balneário Camboriú, Itajaí e Navegantes. Cumprimento também o major José Evaldo Hoffmann Júnior, que assumiu o comando. Ele já trabalhou em Balneário Camboriú, é uma pessoa de

visão, competente, um policial estratégico, inteligente. Cumprimento ainda o coronel Elder Eder Martins, que é o novo subcomandante.

Então, temos muita confiança no trabalho desses novos comandantes e subcomandantes de Balneário Camboriú, pela forma de atuação, pelo lado operacional, pelo contato que têm com população. Com certeza vão melhorar ainda mais a segurança pública na região.

Então, parabéns à Polícia Militar de Balneário Camboriú pelos novos comandantes. O comandante que lá estava anteriormente, coronel Marcello Martinez Hipólito, também fez um belo trabalho e agora foi recrutado para uma nova missão.

E falando de Balneário Camboriú, registro desta tribuna a abertura do Hospital Santa Inês, que é uma importante casa de saúde e que esteve durante longo tempo desativado. Tem capacidade para 165 leitos, mais dez leitos de UTI e hoje está atendendo somente os pacientes particulares ou que tenham plano de saúde. Ainda não está atendendo pelo SUS, o que acaba sobrecarregando o Hospital Ruth Cardoso, que não tem condições de atender à imensa demanda de Balneário Camboriú e região.

De qualquer forma, a reabertura do Hospital Santa Inês é uma alegria, é um alento, pois se trata de mais uma porta que se abre na área da saúde naquela região.

Para finalizar, quero relatar que hoje estive numa importante audiência com o superintendente do DNIT em Santa Catarina, sr. Vissilar Pretto, acompanhado de vereadores. Fomos ver algumas questões relativas a obras federais em nosso estado e pudemos constatar o empenho, a preocupação daquele órgão com as estradas catarinenses. Todas as obras têm um acompanhamento próximo, o superintendente é um profissional de carreira, competente, atencioso, preocupado efetivamente com a sua execução. Nós sabemos a dificuldade de tocar uma obra pública hoje em dia, pois muitas empresas não têm condições de construir determinadas obras, mas acabam entrando e ganhando as licitações.

O dr. Vissilar afirmou que várias licitações estão em andamento para a manutenção de algumas rodovias e que as indenizações é que estão atravancando a duplicação da BR-280, da BR-470 e as obras da BR-163, no extremo oeste de Santa Catarina.

Eu disse ao deputado Valmir Comin que faria um pronunciamento rápido. Mas preciso esclarecer alguns fatos com relação ao pronunciamento do brilhante deputado Dirceu Dresch, que fez uma defesa contundente, e deve ter razões para isso, do governo federal. Eu não quis pedir-lhe um aparte para não interromper o seu raciocínio e depois acabei usando o microfone para fazer o contraponto e fui chamado à atenção publicamente.

Se isso é verdade, temos que mudar o Regimento Interno da Alesc, porque esta é a Casa para *parlar*, para falar, para contestar, para debater, para dirimir dúvidas, a não ser que a Câmara Federal e o Senado estejam errados. Porque certamente, devido à experiência que tivemos na Câmara Federal e no Senado, e os deputados Fernando Coruja, Serafim Venzon e Dr. Vicente Caropreso sabem disso, lá se usa o microfone justamente para contestar, para fazer o contraponto daquilo que é dito da tribuna.

Certamente muitos gostariam de me contestar agora, e é bom que haja confronto de ideias, que haja debate. Aqui somos todos amigos, somos pessoas de bem, mas as ideias são distintas, e eu não posso concordar com algumas que foram expressas pelo deputado Dirceu Dresch. Alguns, não são todos, ainda defendem o seu partido no Brasil, mas a verdade é que quem defende o PT já é minoria em nosso país. Muitos se recolheram, mas há aqueles que ainda tentam defender, e a esses eu tenho que aplaudir, pois são corajosos, não fogem da luta, são partidários e brilhantes defensores.

Mas a grande verdade, e está escrito em todos os jornais, nas mais variadas revistas, nos *blogs*, é que o PT deixou de ser aquilo que tanto pregou, o partido da ética, da moralidade, da lisura! Temos que ser sinceros. Além disso, não dá para ficar olhando pelo retrovisor eternamente! Sempre

buscam coisas de 12 anos atrás. Doze anos não! De 20 anos atrás! Porque Fernando Henrique Cardoso ocupou o governo a primeira vez há 20 anos. Daqui a pouco vão buscar razões em Juscelino Kubitschek, João Goulart e até em Emílio Garrastazu Médici.

Ora, é preciso olhar para o próprio nariz, para o próprio umbigo! É preciso que os petistas reconheçam que já estão há 12 anos no poder e que não dá mais ficar recorrendo ao passado. Aqueles brasileiros que tinham quatro, cinco anos há 12 anos já estão votando, e qual o projeto para o seu futuro?

Nós precisamos refletir sobre a atual situação do Brasil, não pode o PT achar desculpas no passado, tem que achar a solução agora. Nós estamos envelhecendo e os jovens estão à procura de oportunidades. Eles não querem saber se dom Pedro I acertou ou errou, querem é saber do presente.

Ora, quando Lula se elegeu, e recorro-me bem disso, pois estava no Senado Federal à época, falavam da herança maldita dos oito anos de Fernando Henrique Cardoso. Mas se há algum problema agora, a presidente Dilma tem que falar da herança maldita de Lula! E se Lula deixou uma boa herança, a grande culpada pela atual situação do país é a presidente Dilma Rousseff, do PT!

Nós temos que ser realistas, não é a oposição que está fazendo todo esse alarde, é a mídia nacional, são os jovens que vão para as ruas, independentemente de bandeiras, são os caminhoneiros que sequer sabem distinguir, muitos deles, a diferença entre esquerda e direita, entre o PT e o PSDB. São as pessoas comuns que estão indo para as ruas dizer que está difícil viver, que não é mais possível ouvir na mídia que a maior empresa do nosso país foi sucateada. Ninguém é contra a Petrobras, ao contrário, nós somos brasileiros e amamos as cores verde e amarelo, que são as cores da empresa. Não falamos mal dela, falamos mal é dos seus gestores, da forma como dilapidaram o seu patrimônio.

Dizem eles que está jorrando petróleo, que estão batendo recordes. Só falta dizer que são os

donos das jazidas. De repente o pré-sal começou a ser implantado por causa do Lula e dos petistas! Vamos fazer um diálogo amplo, aberto e em harmonia, mas também estender as mãos e reconhecer os erros praticados pelo atual governo.

Foi dito que os ricos são contra os pobres, mas o Lulinha, que era lavador de carros num estacionamento, hoje é um dos maiores milionários do país. E ele é contra os pobres? Acho que não, porque ele gera empregos, mas querer jogar dessa forma, não é nem jogar para a torcida, é jogar o discurso no lixo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Acabei de dar um abraço em três grandes figuras de Pomerode: o presidente da Câmara Municipal, José Amarildo da Silva, e os vereadores Claus Krahn e Rafael Pfuetzenreiter, que estão aqui para o grande encontro da Uvesc.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Srs. deputados, sras. deputadas, quero inicialmente saudar o amigo vereador Juarez de Oliveira, do município de Forquilha, que hoje se pronunciará sobre a rodovia Jacob Westrup e sobre o aeroporto Hercílio Luz, que precisa de uma definição tanto por parte do governo do estado, quanto da Infraero.

Deputado Leonel Pavan, v.exa. que foi senador, deputado federal, prefeito e governador e que hoje, para nossa satisfação, é deputado estadual, ouviu atentamente, assim como eu, o pronunciamento do deputado Dirceu Dresch neste Parlamento, que defendeu veementemente o seu partido, o PT, nas questões relacionadas à Petrobras.

Recordo muito bem quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo após o *impeachment* de Fernando Collor. Lembro que comprei o consórcio para aquisição de um carro e que foi a primeira vez que consegui pagar as 36 prestações sem que houvesse um centavo de reajuste. Isso aconteceu com todos que trabalhavam no setor produtivo, ou seja, passaram a ter, depois de muitos anos, segurança jurídica para trabalhar, para planejar e implementar ações.

FHC prosseguiu o seu mandato, foi reeleito e na sequência veio o presidente Lula, que promoveu uma série de ações em consequência da estabilidade econômica que o governo anterior havia conseguido. Evidentemente houve uma expressiva inclusão social e precisamos aqui dar mérito a quem tem mérito. Mas o tempo foi passando e na sequência o governo do PT promoveu ações que desencadearam o que estamos vivendo nos dias de hoje.

A Petrobras sempre nos orgulhou. O petróleo é de todos os brasileiros e temos que lutar por ele, sim. Mas é necessária uma gestão adequada, com eficácia, ética e competência. Mas, infelizmente, o que vimos foi muita corrupção.

Hoje fala-se em *impeachment*, mas há necessidade de uma mudança estrutural no país, desde a reforma política, partidária, tributária, até a reforma do Judiciário e dos demais poderes constituídos, consolidando com isso as instituições, a fim de que a democracia permaneça forte, porque a fragilidade das instituições provoca o desmonte de tudo aquilo que a sociedade adquiriu a duras penas, ou seja, a verdadeira democracia.

Democracia forte se faz com instituições fortes, para que se estabeleça o respeito ao estado de direito. Como cidadão, como pai de família, independentemente de quem está atuando ou de qual sigla venha a exercer o comando desta nação, precisamos ter a consciência e a certeza de que a gestão pública se dá com correção, com ética e com responsabilidade.

Nós estamos constatando - e falo da minha região - que as empresas de cerâmica, de metal

mecânica, de revestimento e que o agronegócio estão pagando o custo da energia elétrica com ágio para continuar produzindo. Isso é o cúmulo, é o fim. Os poderes constituídos precisam ser os motivadores, os incentivadores da sociedade. E o planejamento tem que estar à frente dessa situação, permitindo com isso a segurança jurídica para os nossos investidores.

Não crescemos nem 0,5% em 2014 e em 2015 talvez tenhamos uma queda do PIB, ou seja, um crescimento negativo do país! Mesmo nosso estado vem sofrendo uma queda da receita tributária, apesar de ser uma unidade da federação bastante diferenciada, pois com apenas 1,1% do território nacional tem o seu banco de sistema acadêmico, tem seis portos, tem um povo ordeiro e trabalhador. Mas a crise não está nos poupando, não! E isso é preocupante. Se estamos nessa situação, imaginem os demais estados da federação!

Meu Deus! Em 1950 tínhamos 32 mil quilômetros de rede ferroviária. Caímos para 22 mil, apesar de devermos estar com 100 mil. O custo rodoviário médio no Brasil é de R\$ 114,00 por tonelada. O ferroviário é de R\$ 75,00 e o hidroviário de R\$ 45,00. Nós estamos a contramão da história em termos de transporte de riquezas. Há necessidade urgente, deputado Kennedy Nunes, de uma tomada de posição forte, não basta somente planejar, é preciso atitude.

Antigamente se dizia que o porco comia o milho, mas hoje o milho come o porco. Fala-se em translitorânea, em ferrovia do frango. Por que não ferrovia do milho, para trazer esse insumo do centro-oeste para o sul, a fim de dar competitividade as nossas indústrias no mercado internacional? Se já somos exportadores, imagina se tivéssemos condição de bem escoar a nossa produção? Com certeza não estaríamos enfrentando o fechamento de estradas por caminhoneiros que não conseguem mais arcar com seus custos!

Realmente é uma reflexão muito grande e abrangente que precisa ser feita, mas a população está à espreita, à espera. Essa é a grande verdade e é nesse nicho de mercado que devemos respeito e

dedicação. A nossa responsabilidade é muito grande, porque uma decisão errada, um artigo mal interpretado, mal redigido pode comprometer em muito a qualidade de vida das pessoas.

Era isso, sra. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Parabéns, deputado Valmir Comin, pela excelente reflexão. A impressão que temos é que estão brincando com a sociedade brasileira.

Inscrito para falar o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, é um prazer ter uma mulher como presidente deste Parlamento, até porque não existe presidenta, pois se existisse as mulheres seriam inteligentes. Como as mulheres são inteligentes, então dou os meus parabéns à presidente.

Eu não pretendia vir à tribuna hoje, mas depois de ouvir o deputado da bancada do PT fazer uma defesa tão apaixonada do seu governo e colocar uma realidade que não pode ser a deste país, não pude furtar-me de ocupar este microfone.

A minha preocupação, deputado Valmir Comin, é com a sexta-feira que passou, a qual os empresários estão chamando de sexta-feira negra, porque nela é que foi anunciado o aumento do preço da tarifa da luz, ou seja, foi nessa sexta-feira que a vaca tossiu. Deputado, v.exa. já viu uma vaca tossir? Pois na sexta-feira ela tossiu.

Nós tivemos uma reunião com a Acij - Associação Comercial e Industrial de Joinville -, na segunda-feira, e os empresários e industriais ainda estavam de ressaca, não por terem bebido, mas pela paulada que levaram na cabeça. Nós ouvimos, por exemplo, de um empresário que esse aumento vai custar R\$ 18 milhões por ano. Ouvimos de outro, que exporta muito, que o malfadado aumento custará três meses de lucro da sua empresa e que estava começando a pensar em fechar a fábrica - e estou falando de uma empresa que tem cinco mil funcionários!

Há dois anos, deputados Luiz Fernando Vampiro e Valmir Comin, fiz um pronunciamento nesta Casa exatamente sobre essa questão, ou seja, que no sul tínhamos dois problemas na nossa conta de luz. Eu não entendo por que o cliente da Celesc paga na sua fatura um subsídio para as cooperativas distribuírem energia. Por quê? Dizem que há uma lei que dá sustentação para isso. Mas pergunto: não é a cooperativa que vai à Celesc ou à Eletrosul para comprar energia e distribuir aos seus cooperados? As cooperativas como um todo não fazem o trabalho que a Celesc faz de pegar energia e distribuir? Então, por que o cliente da Celesc, que não é de cooperativa, tem embutido no valor da sua conta de luz esse subsídio? Não existe almoço de graça! O que existe é distribuição de benesse com o chapéu alheio.

E tem mais, srs. deputados, na conta que estamos pagando está embutido o subsídio ao óleo diesel da produção de energia do estado do Acre. Com todo respeito aos nossos irmãos acreanos, o que nós, de Santa Catarina, temos a ver com a produção de energia a diesel do Acre?

Todos aqueles pacotes de bondades que a presidente Dilma anunciou pouco antes da eleição, em cadeia nacional, baixando o preço da energia, estamos pagando agora.

Fala-se muito no pré-sal. V.Exas. sabiam que quando começarem a retirar petróleo do pré-sal ele custará mais caro do que o preço pelo qual poderá ser vendido? Pior que fizeram uma briga enorme pelo pré-sal, como se já estivessem com a bandeja cheia de ovos, apesar de a galinha nem haver posto o ovo ainda! Estão brincando com o povo brasileiro quando dizem que está tudo normal, que o povo brasileiro nunca esteve tão bem! Isso é brincadeira!

Para encerrar, já venho dizendo há muito tempo que o preço do óleo diesel tem que baixar, porque senão daqui a pouco ninguém mais vai conseguir andar de ônibus. É preciso reduzir o valor do óleo diesel para o transporte coletivo. Venho falando isso há anos! Agora, ainda bem que todo mundo está falando isso também.

Eu dizia também que só há uma categoria que pode parar o país, que é a dos caminhoneiros! E agora eles viraram um boi bravo e descobriram que têm muita força. Acreditem, da próxima vez eles virão com tudo! O movimento dos caminhoneiros foi só o primeiro passo, e a minha preocupação com relação à paralisação do próximo dia 15 de março não é o movimento nas ruas, como aconteceu em junho de 2013, mas são os caminhoneiros usarem a força que têm e fazerem um protesto trancando tudo neste país.

Eu fiquei engasgado quando ouvi aqui que está tudo muito bem, que não há nada errado! Acho que essa minha fala é a de milhões de brasileiros que gostariam de estar aqui dizendo tudo isso com relação ao momento atual que o Brasil está passando.

Muito obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheid) - Muito obrigado, deputado.

Queremos agradecer à equipe técnica da Assembleia, às pessoas que nos estão ouvindo e participando deste debate até este horário.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 9h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

